



PREFÁCIO

Fernanda Araújo Kallás e Caetano

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o segundo número do oitavo volume da Revista Eletrônica e-civitas do Centro Universitário Uni-BH.

O presente número número traz à discussão uma variedade de temas atuais e intrigantes.

Primeiramente, a questão econômica e empresarial despertou o interesse dos nossos autores. Henrique Avelino Lana desenvolve uma reflexão acerca da possibilidade jurídica de se incluir o aviamento nos haveres do sócio que se desliga da sociedade empresária limitada, visando demonstrar a necessidade de que, diante do caso concreto, se utilize das ferramentas metodológicas proporcionadas pela Análise Econômica do Direito no artigo **O Goodwill e análise econômica do direito**. João Glicério de Oliveira Filho e Luis Henrique Monteiro Brecci discutem o procedimento e as condições de aplicação das medidas de salvaguarda entre membros da OMC, analisando as mudanças introduzidas pelo ordenamento legal europeu acerca das salvaguardas às normas da OMC no texto **Medidas de Salvaguarda: Uma análise do ordenamento jurídico da Organização Mundial do Comércio e as mudanças introduzidas pela União Européia**. Por fim, Jair Teixeira dos Reis, Renat Nureyev Mendes e Yury Vieira Tupynambá de Lélis Mendes apresentam uma reflexão sobre qual o designativo mais

E-Civitas - Revista Científica dos Cursos de Direito e Relações Internacionais do UNIBH - Belo Horizonte, volume VIII, número 1, julho de 2015 -
ISSN: 1984-2716. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index>
E-mail de contato: ecivitas@unibh.br



apropriado para o ramo do direito privado que não o direito comum (civil), isto é, se Direito Comercial ou se Direito Empresarial no artigo **Direito Comercial ou Direito Empresarial?: uma análise da adequabilidade dos designativos à luz da evolução histórica do "Ius Mercatorum"**.

O direito penal é outro tema que chama a atenção nesta edição. Fábio Presoti Passos, Juliana Alves Belo, Ana Cristina Antunes da Silva Pinheiro Rocha e Lucas Adler Silva apresentam uma análise crítica sobre a participação do investigado na fase pré processual à luz da Constituição Federal de 1988 no estudo **A participação do investigado no Inquérito Policial**. Rafaelle Lopes Souza e Marina Aparecida Pimenta da Cruz Correa desenvolvem um estudo sobre a inclusão de egressos do sistema prisional no mercado formal de trabalho, a partir da experiência de Minas Gerais na execução do Projeto Regresso, buscando compreender seus entraves e desafios bem como verificar os efeitos da exclusão social de tais pessoas no artigo **A inclusão de egressos do Sistema Prisional no mercado formal de trabalho: uma leitura da experiência mineira**. Finalmente, o Professor Maurício Januzzi Santos tratou dos cyber-crimes previstos na nova redação dos artigos 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente visando combater as práticas de pedofilia na internet no artigo **Crimes acrescidos ao Estatuto da Criança e do Adolescente pela Lei nº 11.829/08**.

A análise filosófica do direito foi tratada pelos autores Kátia Salomão e Waldomiro Salles Svolinski Junior no artigo **KANT: Os fundamentos da dignidade da pessoa humana como condição para uma hermenêutica do dever** por meio do qual foram resgatados os fundamentos filosóficos do princípio da dignidade da pessoa humana



constatada na Constituição Federal de 1988 e suas condições de universalização, defendendo que as dissonâncias entre dignidade e imperativo categórico são solucionadas em Kant, já que ele delinea o objetivo da autonomia da razão como a própria possibilidade da dignidade da pessoa humana se materializar.

No que concerne o direito tributário, Marciano Buffon e Júlia Ioppi Virtuoso demonstraram a importância do estudo do princípio da segurança jurídica para a efetiva defesa dos contribuintes, haja vista que estes necessitam planejar e organizar sua vida financeira de acordo com os tributos previstos em lei, sabedores de que tais leis não atingirão fatos passados e que será observado o lapso temporal estipulado na Constituição Federal para o início da eficácia dessas leis no artigo **O princípio da segurança jurídica como limitador do poder de tributar do Estado brasileiro e a proteção aos direitos fundamentais.**

Por fim, a cooperação internacional foi tratada pela autora Maíra Fedatto que ressalta no trabalho **Cooperação Internacional em Saúde: A contribuição da FIOCRUZ para a África** a importância da cooperação técnica entre os países em desenvolvimento.

Gostaríamos de agradecer a todos autores e avaliadores que viabilizaram a publicação de mais este número e convidamos aos demais pesquisadores da comunidade jurídica a contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento da nossa revista.